

O interesse prático da Linguística Aplicada e a sua abrangência em termos de pesquisa

I

NOTAS PRELIMINARES

Não poderia começar este texto sem referir o facto de a linguística aplicada (LA) corresponder a uma área de investigação que tem conhecido um grande desenvolvimento no Brasil ao longo dos últimos anos (Moita Lopes 2001: 27 ss.)¹. Nas palavras de Moita Lopes (2006a: 16), a linguística aplicada deve ser vista como “um campo agora relativamente bem estabelecido no Brasil”². Segundo o autor, é apoiada, do ponto de vista institucional, por diferentes programas de pós-graduação e por agências que subsidiam a investigação. Além disso, conta com uma associação científica: a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) (Moita Lopes 2006a: 16).

A fundação da ALAB em 1990 contribuiu, seguindo Moita Lopes (2001: 28), para que a linguística aplicada passasse a ser olhada diferentemente. Como o autor adianta, a linguística aplicada era tida como um apêndice da linguística, ou seja, como aplicação da linguística³ – leitura já ultrapassada pela linguística aplicada, que achava reducionista e unidireccional a posição segundo a qual as

¹ No tocante ao início da linguística aplicada no Brasil, aconselha-se a leitura da entrevista dada por Francisco Gomes de Matos a Tony Berber Sardinha em 2005, disponibilizada em Fevereiro de 2007 no Boletim da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). Versão *online* disponível na web em <http://www.alab.org.br/>, acedida em 5 de Fevereiro de 2007.

² Como se verá, a dado passo deste texto, à linguística aplicada podem ser atribuídos vários termos. Moita Lopes refere-a como sendo um campo. Pela minha parte, também partilho essa preferência. Na verdade, descrevê-la como “campo/área/domínio” incute-lhe, por um lado, dinamismo e, por outro lado, uma abertura que poderíamos dizer que é uma exigência que dela emana de pretender solucionar ou melhorar os problemas do mundo real relacionados com a linguagem (ver Davies & Elder (2004: 1, 4) e Bygate 2004: 13). Mais ainda, esse(s) termo(s) talvez se revele(m) mais adequado(s) quando está em causa referir a actividade relativa à abordagem a soluções de problemas práticos na aquisição e uso da língua (ver Widdowson 1980: 165).

³ Neste texto, optou-se pela designação “aplicação da linguística”, à semelhança da expressão usada no Brasil para traduzir “linguistics applied”.

teorias linguísticas eram as únicas que teriam resposta para os vários problemas relacionados com a linguagem (Moita Lopes 2006a: 17) –, não se favorecendo assim a existência da linguística aplicada como área independente de investigação. É de ressaltar, porém, o conteúdo dos capítulos que integram a obra de Moita Lopes (org., 2006). A leitura que o autor e os seus colaboradores nos oferecem distancia-se da de linguística aplicada no seu sentido tradicional, fortemente dependente da linguística e não tendo em conta interferências de outros domínios (ver Moita Lopes 2006a: 14), para se centrar numa linguística aplicada que, no entender de Moita Lopes (2006a: 25-26), deve ser vista “como área de pesquisa mestiça e ideológica, que precisa considerar, inclusive, os interesses a que servem os conhecimentos que produz”.

Moita Lopes (2001; org., 2006) apresenta perspectivas distintas, muito provavelmente advindas de interesses diferentes e resultantes sem dúvida de uma atitude sempre questionadora face ao objecto de estudo⁴. A primeira obra aborda a linguística aplicada e a caracterização do seu percurso de pesquisa procurando atribuir-lhe um estatuto distinto do que lhe era conferido pelos linguistas, que viam a pesquisa em linguística aplicada como sendo secundária relativamente à que praticavam, considerada principal (ver Moita Lopes 2001: 19 ss.). A segunda obra aborda a linguística aplicada numa perspectiva inter e transdisciplinar assente na “idéia de que todo o conhecimento é político” e de que “[p]olitizar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social é parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer linguística aplicada” (Moita Lopes (org.) 2006: contracapa). Ademais, ainda no dizer deste autor, esta perspectiva visa dar voz a uma linguística aplicada na qualidade de “lugar de investimento em uma redescção da vida social.” (Moita Lopes 2006a: 31).

Apesar de se estar hoje perante um campo de pesquisa bem implantado em alguns países, como por exemplo no Brasil, e de se tratar de uma área de investigação que até permite abordagens menos acessíveis a muitos, partilho o pensamento de Moita Lopes quando enfatiza a importância de mostrar com clareza o que se entende por linguística aplicada aos que ainda a desconhecem ou aos que, embora provenientes de outros domínios dos estudos linguísticos, vêm nela uma área que lhes causa alguma perplexidade (Moita Lopes 2006a: 16).

⁴ A respeito do questionamento enquanto atitude, consultar Moita Lopes (2006b: 98).

OBJECTIVO DESTE TEXTO

O trajecto que elegi para figurar neste texto não se revela prioritariamente questionador, problematizador, enquanto modo de pensar e de fazer linguística aplicada⁵, corresponde antes ao desejo de lançar as bases conducentes à abertura a futuros questionamentos, problematizações, posições críticas, que terão de pressupor sempre uma formação inicial sólida no plano teórico e no plano prático.

Quer isto dizer que este texto almeja sobretudo abrir o caminho a quem se está a iniciar neste campo de pesquisa, muito embora não exclua que ele possa também vir a ser lido por não linguistas (aplicados)⁶ que manifestem alguma curiosidade por esta área científica ou por linguistas menos familiarizados com ela. Assim sendo, um pouco na linha de Moita Lopes (2001: 19-23), decidi conferir uma atenção particular a certos conceitos-base e realçar os passos que devem ser respeitados por quem quiser realizar uma pesquisa séria e credível em linguística aplicada.

Alguns conceitos-base surgem já no título deste texto – *O interesse prático da Linguística Aplicada e a sua abrangência em termos de pesquisa* – e importa conhecê-los bem para que os variados tópicos que vierem a ser focados o sejam com o rigor científico esperado por quem exerce a sua actividade científica com responsabilidade.

A DESIGNAÇÃO LINGUÍSTICA APLICADA

Iniciar pela designação *Linguística Aplicada* afigura-se natural porque é importante procurar entender o seu alcance. Vem também a propósito, mesmo que seja unicamente a título de curiosidade, recorrer a Davies & Elder (2004: 2) para referir que a linguística aplicada não é tão recente como se pode pensar num primeiro momento. De acordo com a fonte mencionada, pelo menos nos Estados Unidos, a linguística aplicada deriva do envolvimento de linguistas como L. Bloomfield e C. C. Fries em programas especializados de ensino da língua durante e logo após a Segunda Grande Guerra. Importa também dizer, seguindo ainda Davies & Elder (2004: 1), que o papel frequentemente atri-

⁵ Sobre este tipo de atitude perante a linguística aplicada, ver Pennycook (2006: 67) quando se está a referir à linguística aplicada crítica.

⁶ Neste texto, optou-se pela designação “linguistas aplicados”, à semelhança da expressão usada no Brasil para referir os especialistas que trabalham em linguística aplicada.

buído à linguística aplicada corresponde à tarefa de resolver ou, pelo menos, melhorar os problemas sociais que envolvem a linguagem. Para estes autores, esta tradição da linguística aplicada estabeleceu-se em parte como resposta à redução que sofreu o enfoque da linguística com o surgimento da linguística generativa no fim da década de 50 do século passado. No entanto, com base na mesma fonte, existe também uma outra tradição da linguística aplicada, que pertence à linguística (Davies & Elder 2004: 2) e que, às vezes, é designada por “Linguistics Applied” (Aplicação da Linguística), muito embora estes autores considerem que talvez fosse mais correcto chamar-lhe “applications of linguistics” (aplicações da linguística). Davies e Elder adiantam que esta versão da linguística aplicada tornou-se mais evidente nos últimos vinte anos à medida que se passava de uma leitura formalista restrita da linguística teórica para uma leitura que retoma o seu papel inicial de índole social. Como bem equacionam Davies & Elder (2004: 2), fica assim no ar se as duas linguísticas aplicadas (“Applied Linguistics” (“A-L”) e “Linguistics Applied” (“L-A”)) não acabam por se assemelhar⁷.

Para além de, em conformidade com Davies & Elder (2004: 2), a aplicação da linguística (“L-A”) querer dizer em dados contextos linguística aplicada (“A-L”), a dificuldade em definir a linguística aplicada pode também advir de uma outra dificuldade, a de encontrar uma boa definição de linguística (Davies & Elder 2004: 5)⁸. E será porventura por essa razão que Davies & Elder (2004:5) retomam as palavras e o pensamento de Kaplan & Grabe (2000: 5-6) quando estes autores referem que o termo “linguística aplicada” levanta problemas que derivam especialmente de não ser fácil decidir sobre o que se pode considerar “linguística”, uma vez que, em virtude das dificuldades inerentes à linguística propriamente dita, não se podem esperar soluções perfeitas e delimitações rigorosas quando está em causa definir linguística aplicada.

No seguimento da observação de Cook (2006, referido por Davies 2006: 534) segundo a qual a linguística aplicada quer dizer muitas coisas para diferentes pessoas, não é pois de admirar que Davies (2006: 534) afirme que ela não se presta a uma definição fácil.

Kumaravadelu (2006: 136) nota com pertinência que, embora a linguística aplicada como disciplina exista há quase meio século, nos que a praticam ainda não se verifica um consenso no tocante a uma definição da linguística

⁷ Ver Davies & Elder (2004: 3 ss.) acerca da existência da distinção entre as duas tradições.

⁸ A este respeito, ver igualmente Spolsky (2005: 27).

aplicada que seja capaz de apreender a sua natureza e a sua esfera de acção. É possível dizer-se, com base em Kumaravadivelu (2006: 136), que a definição primeira, estreita, pode remontar a Corder (1973[a]: 10-11) e corresponde à “«aplicação de conhecimento linguístico a algum objecto»”. Não se trata de um estudo teórico, utiliza antes descobertas de estudos teóricos. Nesta perspectiva, continuando a citar Corder, “«[u]m linguista aplicado é um consumidor ou usuário, não um produtor de teorias»”. Por outro lado, ainda de acordo com Kumaravadivelu (2006: 136), definições mais actuais e amplas de linguística aplicada (ver Brumfit 1995[a]: 27 e Widdowson 1996: 125, referidos por Kumaravadivelu 2006: 136) colocam a ênfase nos problemas do mundo real e nos problemas do dia-a-dia relacionados com a linguagem, remetendo assim para (um)a definição (possível) da noção de “aplicação” (ver Bygate 2004: 17). No entanto, como observa criticamente Kumaravadivelu (2006: 136-137), a linguística aplicada ampla ainda não se afasta de questões do foro linguístico relativas ao ensino/aprendizagem do inglês. Nesta oportunidade e a este respeito deve ter-se em conta o que Moita Lopes (2006a: 18) designa por “equívoco aplicacionista”. Para este autor, esse equívoco toma por base o interesse que desencadeou no princípio do século XX a linguística enquanto área do conhecimento passível de permitir aberturas aplicacionistas. Esta leitura permitiu explicar, segundo Moita Lopes, a relação unidireccional entre a teoria linguística e a prática, sobretudo na área do ensino/aprendizagem de línguas, que caracteriza a aplicação da linguística (“linguistics applied”), perspectiva que não consagraria a hipótese de a prática poder trazer contributos à teoria (Moita Lopes 2006a: 18-19). A esta forma de olhar a linguística aplicada, Moita Lopes (2006a: 41) contrapõe uma leitura que, embora não se apoie num consenso sobre o que os investigadores entendem por inter/multi/transdisciplinaridade, assenta na produção de conhecimentos importantes para as práticas sociais em situação.

Dito por outras palavras, teríamos, por um lado, a linguística aplicada tradicional muito unidireccional e apoiada só na linguística (aplicação da linguística) e, por outro lado, a linguística aplicada mais de índole interdisciplinar (ver também a este propósito Gomes de Matos 2000: 1286).

McDonough (2001: 119), por seu lado, levanta, entre outras, a questão da existência de uma relação recíproca de inclusão disciplinar entre a linguística e a linguística aplicada quando estamos face à linguística aplicada. Será que a linguística aplicada vista sob este prisma justifica que dediquemos algum tempo a caracterizar a diferença entre linguística e linguística aplicada ou virá mais a propósito observar o modo como Davies (1999: 95-96) relata a forma

como os linguistas e os linguistas aplicados olham para o seu objecto de estudo (ver também McDonough 2001: 119)?

De momento, parece mais oportuno considerar o que Davies (1999: 95-96) nos refere: “Poderíamos sugerir que a linguística olha através de um telescópio segurando a extremidade mais larga junto da vista, focando somente a língua/linguagem e excluindo tudo o resto: os problemas relativos à linguagem são vistos como problemas somente linguísticos. A linguística aplicada olha através de um telescópio com a extremidade mais estreita junto da vista, e assim vê a língua/linguagem como parte do todo. A visão linguística é a visão do laboratório, a visão aplicada é a visão do mundo real”⁹.

De facto, o termo “linguística aplicada” contém em si próprio o termo “linguística”¹⁰. No entanto, poderá questionar-se se a linguística aplicada prespõe unicamente a linguística¹¹.

Por outras palavras, o epíteto “aplicada” que integra a designação “linguística aplicada” pode conferir-lhe um cunho transdisciplinar, colocando-nos não só perante a linguística mas também perante outras áreas. Nesta óptica, reveste-se de todo o sentido pensar na forma como Slama-Cazacu (1979: 30) faz depender em termos aplicativos a linguística aplicada – tudo dependendo naturalmente do que se entende por linguística aplicada como lembra a autora – de uma boa formação em psicolinguística e em psicolinguística aplicada.

É natural, contudo, que, no dizer de Corder (1973[a]: 7), conforme refere Davies (2006: 535), o que é aplicado no que respeita à linguística aplicada

⁹ É evidente que a definição que dermos de linguística aplicada, bem como o relato histórico que fizermos da sua existência, para lá do que acrescentarmos sobre a evolução sofrida pelo objecto da linguística, vão também levar-nos por vias de ordem metodológica que nos farão pensar seriamente na preparação necessária à realização de pesquisa na área da linguística aplicada com vista a que essa pesquisa venha a ter o reconhecimento desejado por parte da comunidade científica (ver Moita Lopes (2001: 19-23) no que respeita à caracterização da pesquisa em linguística aplicada e Bygate (2004: 9 ss.) sobre a sua metodologia de pesquisa).

¹⁰ Ler a crítica de Moita Lopes ao facto de os linguistas verem a pesquisa em linguística aplicada como secundária (Moita Lopes 2001: 19).

¹¹ Ver Moita Lopes (2006a: 20-21) no que toca à interdisciplinaridade em termos de pesquisa da linguagem, bem como Moita Lopes (2006b: 96-97) quando este autor alude à necessidade de uma linguística aplicada híbrida ou mestiça. Aconselha-se, nesta mesma linha de pensamento, a leitura de Kumaravadivelu (2006: 139). Ainda, neste âmbito, Moita Lopes (2001: 21) afirma mesmo que, dependendo do problema a ser estudado, “seja possível que os subsídios teóricos para a explicitação de uma determinada questão possam vir de disciplinas outras que a linguística”. Ver ainda Gomes de Matos (2000: 1286).

“«pressup[onha] a linguística ... [uma vez que] não se pode aplicar o que não se sabe»”. Em consonância com que acaba de ser dito, Davies (2004: 19-20), retomando Liddicoat & Curnow (2004), adianta que “os linguistas aplicados têm de atacar a língua como sistema uma vez que «a descrição linguística e da língua é básica para o trabalho dos linguistas aplicados»”.

Essa ligação tão estreita da linguística aplicada à linguística pode resultar do tipo de relação que se possa atribuir aos termos da própria designação “linguística aplicada”. Ora, com base em Widdowson (2000: 4), poderá dizer-se que a relação entre os termos em causa constitui a principal fonte de incerteza acerca da sua dependência e do seu escopo.

No entanto, o facto de se presumir que existe uma certa dependência entre os dois termos pode levar a achar-se óbvio que a linguística é primária, porque para a aplicar é preciso tê-la primeiro (Widdowson 2000: 4)¹².

É porém de supor, como sugere Widdowson (2000: 4), que o escopo de aplicação mudará por certo à medida que a linguística mudar o seu escopo em termos de pesquisa. Se se adoptar esta perspectiva, não é surpreendente que a linguística passe a assumir um papel dominante.

LINGUÍSTICA APLICADA E APLICAÇÃO DA LINGUÍSTICA

No tocante à distinção entre pesquisadores em linguística aplicada e em aplicação da linguística, torna-se pertinente observar como Lantolf (2006: 148-149) retoma Davies & Elder (2004) a este propósito: “Parece-me, contudo, que [...] [Davies e Elder] tocam no ponto difícil ao afirmarem (p. 13) que, quando os pesquisadores tentam validar pretensões teóricas, estão a fazer aplicação da linguística (“Linguistics-Applied”), mas quando procuram respostas para os

¹² Moita Lopes (2006b: 101) não acha contudo que faça sentido aceitar que a linguística se ocupa da teoria e a linguística aplicada da prática. Acrescenta até que os que têm trabalhado em linguística aplicada sabem bem que o seu trabalho “tem-se pautado por teorizações.” Quanto a Davies & Elder (2004: 4), numa tentativa de ajudar a distinguir a linguística da linguística aplicada insistem na distinção entre teoria e dados. Ver, a respeito dos dados em linguística aplicada, Bygate (2004: 15-16).

Por sua vez, Kumaravadivelu (2006: 139) lembra que “o campo continua a ignorar a proposição fundamental de que a investigação em LA deve ser intercultural, interlinguística e interdisciplinar.” Mais adiante, o autor considera que a linguística aplicada, num paradigma modernista, estuda o uso da linguagem de forma descontextualizada e descorporificada, contrapondo-lhe o paradigma pós-moderno que se afasta do tratamento da linguagem como sistema para a tratar como discurso (ver Kumaravadivelu 2006: 139-140).

problemas do mundo real que envolvem a linguagem estão a fazer linguística aplicada (“Applied-Linguistics”)¹³. Na verdade, não se torna sempre muito evidente que área corresponde a cada uma das linguísticas aplicadas (“L-A” (“Linguistics Applied”) e “A-L” (“Applied Linguistics”)), facto que vai levar Lantolf a interrogar-se se a distinção entre ambas é mesmo necessária (Lantolf 2006: 149). Essa distinção, para Davies & Elder (2004: 13), terá de ser observada tendo em conta a orientação adoptada pelos pesquisadores.

A referência à tarefa da linguística aplicada que consiste em procurar respostas para os problemas do mundo real que envolvem a linguagem leva-nos a realçar o pensamento de Moita Lopes (2006b: 97) quando este autor lembra o modo como a linguística aplicada vive a interdisciplinaridade e a ter presente, no que toca ao que deveria ser o objecto da linguística aplicada, a passagem seguinte: “Os limites da LA estão se alargando, assim como os limites das humanidades e das ciências sociais em geral.” (Moita Lopes 2006b: 98).

McDonough (2001: 119), partindo de Davies (1999), oferece-nos da linguística aplicada uma leitura em que destaca o seu carácter experiencial, não propriamente destinado a criar teorias, mas sim a solucionar ou melhorar os problemas sociais relacionados com a linguagem, tendo em conta, no seu processo, várias disciplinas que possam estar na sua base.

Na verdade, Davies & Elder (2004), glosando a distinção de Widdowson (1980: 169)¹⁴, escrevem que “a linguística aplicada olha para fora, para lá da língua numa tentativa de explicar, talvez mesmo de melhorar os problemas sociais, enquanto a aplicação da linguística olha para dentro, preocupada não com a resolução de problemas «no mundo real», mas com explicar e testar teorias acerca da própria língua.” (Davies & Elder 2004: 11).

Davies (1999: 13) (ver também McDonough 2001: 120) também distingue a aplicação da linguística, enquanto teoria e depois pesquisa – posição clássica

¹³ Para Michonska-Stadnik (2006), a “linguística aplicada [...] [tenta] resolver os problemas relativos à linguagem com os quais as pessoas se deparam no mundo real. A aplicação da linguística [...] [tem] a ver com explicar e testar teorias acerca da própria linguagem [...]”. Como a autora está interessada na Aquisição da Segunda Língua, remete-a para o âmbito da linguística aplicada, na qualidade de subárea.

¹⁴ Distinção segundo a qual a “a aplicação de linguística trabalha numa direcção e fornece descrições que são projecções da teoria linguística que exploram os dados da língua real na qualidade de ilustração [e a] linguística aplicada [...] trabalha no sentido oposto e fornece descrições que são projecções da língua real que explora a teoria linguística na qualidade de iluminação”.

corrente, essencialmente dedutiva – da linguística aplicada, enquanto pesquisa e depois teoria, posição essencialmente indutiva¹⁵.

Para Edmondson (2005: 393), a forma como Davies & Elder (2004: 11) vêem a distinção de Widdowson entre linguística aplicada e aplicação da linguística tem mais a ver com a inclusão ou não de uso no sentido de aplicação¹⁶. Ora, parece importante distinguir o uso da aplicação, que neste contexto serão efectivamente diferentes.

O que se entende por linguística aplicada ainda poderá resultar mais claro se se tiver em conta a forma como Davies & Elder (2004: 11) a apresentam na sua obra (Davies & Elder (Eds.) 2004). Os autores pretendem dar dela a imagem de uma disciplina que goza de coerência e de independência e que busca ligar a experiência prática com a compreensão teórica do desenvolvimento da língua e da língua em uso (ver também Edmondson 2005: 391).

De qualquer forma, como se pode ler em Liddicoat & Curnow (2004: 51), o papel da linguística será sempre o de informar e não o de determinar a linguística aplicada. Neste contexto, Moita Lopes (2006a: 17) adianta que quem trabalha com linguística aplicada já não a considera uma mera aplicação da linguística. Por sua vez, Pennycook (2006: 73) remetendo para Rajagopalan (2004: 410) acrescenta que a linguística aplicada, ao distanciar-se da linguística e ao gerar ela própria teoria manifesta sinais de maturidade. Brumfit (1980: 162), por seu turno, quando se refere à hipótese de a linguística aplicada poder vir a ser uma disciplina relevante, realça, entre outros aspectos, a importância de que se reveste a sua tarefa de integrar as diferentes atitudes face à linguagem de pesquisadores em vários domínios.

Interessa todavia avançar, ainda de acordo com Liddicoat & Curnow (2004: 51), que não existe uma relação unidireccional entre a descrição da língua e a linguística aplicada, na medida em que o que a linguística aplicada lucra com o contacto com os problemas do mundo real relativos à linguagem também se revela importante para uma melhor compreensão do que deve ser acrescen-

¹⁵ Reportando-se a Davies (1999) no tocante ao ensino de línguas, McDonough (2001: 120) avança que uma preocupação que mais se adequaria a um linguista aplicado seria a de “desempacotar e analisar o que está a ser aprendido”, uma vez que, em consonância com este argumento, os métodos passam a revelar-se uma opção contingente. Só terão a ver com o “como” do ensino e da aprendizagem. Não estão ligados ao problema em si.

¹⁶ Acerca de uso, ver Moita Lopes (2006a: 18) e Davies (2004: 20) na *Introduction to Part I* quando se refere à *Section 2*, que, nas suas palavras, “é composta por capítulos que investigam a língua em termos dos usos que dela se fazem” (ver também Edmondson 2005: 394).

tado às descrições da língua e concomitantemente para o desenvolvimento da teoria linguística.

Também McDonough (2001: 120) se refere ao modo como Corder vê no linguista aplicado um seleccionador e consumidor de teorias, inclusive da teoria linguística, conforme os fins que tem em vista. Contrasta naturalmente esta perspectiva com qualquer uma que defenda de forma imperativa uma única focalização teórica (ver McDonough 2001: 120).

Na mesma linha de pensamento, Davies (1999: 142) considera igualmente que a linguística aplicada deve estar aberta a influências e teorias de várias proveniências, não deve estar refém de uma única teoria, por forma a que quem a pratica possa adoptar uma abordagem teorizante em relação aos problemas relativos à linguagem (ver também McDonough 2001: 120)¹⁷.

É de sublinhar, seguindo McDonough (2001: 120), a forma como Davies (1999: 60) considera a linguística aplicada multi-teórica, i.e., não mono-teórica, e também movida pela prática (“practice-driven”). Tratar-se-á assim de uma posição que leva a ter em conta diversas teorias e não só a que terá contribuído para a sua definição (ver McDonough 2001: 120).

Para McDonough (2001), o aspecto que pode despertar mais interesse a quem lida de perto com a linguística aplicada é a mediação. Quer isto dizer que, a fim de solucionar os problemas do mundo real, cabe ao linguista aplicado o papel de mediador entre a prática e a teoria ou teorias. Nestas circunstâncias, a linearidade da aplicação “is presumably the process of choice and synthesis back to practice.” (McDonough 2001: 120-121)¹⁸. Em relação à mediação, não há contudo consenso. Rajagopalan (2006: 165) acha que, em termos de teoria e de prática, a linguística aplicada deve reconsiderar o devido lugar da teoria e não ficar à espera que a linguística, o “seu colega «teórico»”, lhe disponibilize algo que possa ser imediatamente “«aplicado»”. Makoni & Meinhof (2006: 210), por seu lado, comparando a leitura convencional de mediação em linguística aplicada com a leitura de mediação em etnolinguística aplicada, realçam o facto de a mediação implicar mais do que actuar na “interface de disciplinas diferentes [...] A mediação traz para a discussão outras perspectivas da linguagem: as dos linguistas aplicados”. Ora, como prosseguem os autores, os linguistas aplicados constituirão “os primeiros obstáculos para a mediação”.

¹⁷ No que toca à pesquisa inter e transdisciplinar da linguística aplicada, consultar Moita Lopes (2006a: 19, 41-42.)

¹⁸ Ver também a respeito da mediação Davies & Elder (2004: 9).

Ainda a este propósito, Moita Lopes (2006a: 35) nota: “Assim, a LA deixa de ser mediadora entre a teoria linguística e a prática e passa a intervir diretamente na prática social, produzindo teoria que dialogue claramente com ela. É neste sentido que [...] a LA pode revigorar a lingüística.” E Rajagopalan (2006: 166) é mesmo ainda mais contundente quando escreve: “não é difícil imaginar um dia, bem próximo, em que a LA terá «engolido» boa parte da reflexão teórica. Afinal, não seria tão estranho se a (disciplina) mãe viesse a se encontrar na dependência na filha.”

Se pretendermos continuar a confrontar a aplicação da linguística com a linguística aplicada¹⁹, poderá dizer-se, tomando desta vez como fonte Widdowson (2000: 5), que as duas têm a ver com intervenção, com o facto de fazerem referência a aspectos (“insights”)²⁰ linguísticos teóricos e descritivos quando estão em causa certos problemas de linguagem no mundo real.

A diferença entre os dois modos de intervenção deve ser no entanto considerada. Sempre com base em Widdowson (2000: 5), pode adiantar-se que, no que toca à aplicação da linguística, assume-se que a aplicação directa e unilateral de conceitos e termos com origem na pesquisa linguística é que pode reformular o problema. Observa-se assim a sujeição a soluções linguísticas por parte dos problemas linguísticos.

Em contrapartida, na linguística aplicada a intervenção deve ser essencialmente vista como uma questão de mediação (ver Widdowson 2000: 5). O autor avança também que, no caso da linguística aplicada, se trata de um processo multilateral que tem de conciliar e relacionar diferentes representações da realidade. A representação linguística pode ser seguramente contemplada, mas as outras representações não podem ser excluídas. Nesta oportunidade, é de ter em mente o que foi citado de Moita Lopes (2006a: 35) no tocante ao questionamento do papel mediador da linguística aplicada e também o pressuposto de que a linguística aplicada “é um campo com múltiplos centros” (Rampton 2006: 109)²¹.

¹⁹ A respeito da pertinência que existe em distinguir a linguística aplicada da aplicação da linguística, ver Moita Lopes (2006b: 87).

²⁰ A tradução de “insights” baseou-se na proposta de Martins & Bicudo (2005: 107).

²¹ Ver igualmente, nesta secção, o que foi referido com base em Makoni & Meinhof (2006: 210) e Rajagopalan (2006: 165).

O ASPECTO PRÁTICO

O interesse prático²² está naturalmente relacionado com a própria definição de linguística aplicada (Brumfit 1995b: 27²³; Bygate 2004: 6 ss.; Davies & Elder 2004: 1-5), i.e., com o que este *domínio, disciplina, assunto, área, actividade, empreendimento, profissão* (Davies & Elder 2004: 4-6, 11; Pennycook 2006: 73)²⁴, pretende tratar com o objectivo de solucionar ou melhorar problemas

²² A respeito de “prático”, lê-se em Bygate (2005: 571): “Como Sarangi e Candlin notam ‘embora «aplicado» e «prático» não devessem ser tomados pela mesma coisa ... a relevância prática pode ser tida como uma característica definidora de toda a pesquisa «aplicada»’ (2003: 272) [...] Neste sentido, podíamos redefinir a disciplina como sendo o ‘estudo da língua pragmaticamente motivado’, em que o termo ‘pragmático’ se refere à intenção de tratar e não só descrever os problemas do mundo-real”. Pode ainda ler-se em Tucker (s/d: 1 de 2): “Parece haver consenso em que o objectivo reside em aplicar os resultados e as técnicas da pesquisa em linguística e nas disciplinas com ela relacionadas de forma a resolver problemas práticos.”. Num documento *online* da Universidade de Melbourne intitulado *What are Linguistics and Applied Linguistics about?* (2 p.), (disponível na web em http://www.linguistics.unimelb.edu.au/areas/ling_appling/, acessado em 08-09-2006), é ainda possível encontrar, na página 1, o seguinte a respeito do que se entende por Linguística Aplicada: “A linguística aplicada diz respeito aos temas práticos que envolvem a língua na vida da comunidade.”. Slama-Cazacu (1979: 30), por seu turno, refere que “a LA coloca ênfase sobre a coleta, a descrição e a *elaboração especial* dos fatos da língua com vistas a determinado fim prático”. Acrescenta ainda a autora, retomando Corder (1973[b]: 15), que “[a] LA tiraria proveito não somente da *validade* das teorias lingüísticas, mas também de sua utilidade para resolver problemas práticos.” (Slama-Cazacu 1979: 31, nota 17). Lembra contudo o seguinte: “Em todo o caso, a LA não se confunde com a atividade prática [...] nem com uma atividade rotineira que se deixa primordialmente arrastar pelas situações ao invés de tentar conhecê-las por meios objectivo-científicos, controlá-las e dominá-las.” (Slama-Cazacu 1979: 30-31). No que à actividade diz respeito, ver Brumfit (1980: 162).

²³ A definição de linguística aplicada referida com mais frequência na literatura é a que Brumfit (1995b: 27) considera a sua preferida: “A investigação teórica e empírica dos problemas do mundo real em que a língua é um tema central.”.

²⁴ Observe-se o que Lantolf (2006: 148) afirma, com base em Davies & Elder (2004), relativamente à LA: “Eles [Davies e Elder] apresentam uma história breve, e para os leitores iniciantes, informativa do *campo*, ou será *tema*, ou talvez *profissão*, ou *disciplina*, ou talvez *actividade*, ou mesmo *empreendimento*?” (sublinhado meu) e prossegue “Estes são os termos que os editores usam para caracterizar a linguística aplicada.”. E o autor, em resultado da comparação feita entre a LA e a medicina, interroga-se se um “campo [pode] ser uma área temática e uma profissão ao mesmo tempo”.

Pela minha parte, prefiro o termo “campo”. A minha opção terá uma justificação que não se afasta da que figura na recensão feita por Lantolf à obra organizada por Davies & Elder (Eds., 2004), ou seja: “A meu ver, campo é um modo apropriado para caracterizar a linguística aplicada, porque na qualidade de extensão metafórica do objecto do mundo real, implica mais

do mundo real relacionados com a linguagem (ver também a este propósito Moita Lopes (2006b: 96) e, para uma leitura crítica deste tópico, Bygate 2004: 13 ss.)²⁵.

A simples alusão aos “problemas da língua(gem) do mundo real”²⁶, que também se coadunariam com uma linguística aplicada que tem a ver com a obtenção de conhecimentos importantes quando estão em causa práticas sociais em situação (Moita Lopes 2006a: 41), acarreta consigo uma abrangência de áreas²⁷ que anunciam o que de problemático existe na definição de linguística aplicada²⁸ e transporta-nos para uma leitura da área/campo de investigação em apreço que terá porventura muito a ver com o que se pode entender por psicolinguística, i.e., o estudo do saber linguístico em uso – o estudo do *como* em detrimento do estudo do *o quê* (ver Foss & Hakes 1978: 18) tendo em vista o funcionamento de sujeitos reais (ver M. da G. Pinto 2005: 579) – e com implicações de ordem psico-social (Bygate 2004: 15) De resto, para Slama-Cazacu (1979: 62), a psicolinguística “*propriamente dita*”, ao considerar “a situação da comunicação real, os fatos reais [...] [e] as determinantes sociais que aí operam²⁹”, revela-se “*sócio-psicolinguística*”. E a autora acrescenta ainda que o facto de estar implícita uma sociopsicolinguística permite distin-

em termos de abertura do que disciplina, que apresenta limites mais bem definidos.” (Lantolf 2006: 148). No que respeita à Psicolinguística, Slama-Cazacu (1979: 35) também observa que se trata indubitavelmente de um campo e não de uma corrente ou escola. Pennycook, por seu turno, aproxima disciplina de domínio quando, em relação às disciplinas, afirma que “não são estáticas, domínios demarcados de conhecimento aos quais pedimos emprestados construtos teóricos, mas são elas mesmas domínios dinâmicos de conhecimento” (Pennycook 2006: 72).

²⁵ Com efeito, é interessante notar como Bygate (2004: 17) trata a definição da noção de aplicação em termos do estudo da linguagem em relação com os problemas do mundo real.

²⁶ A este respeito, ver Davies & Elder (2004: 4) quando comentam que o “mundo real” contrasta provavelmente com o laboratório ou, talvez, com a intuição do linguista e, quando, apoiados em Labov (1966), avançam que o mundo real será dificilmente – se alguma vez for – acessível à pesquisa e ao ensino.

²⁷ Ver Davies & Elder (2004: 2 e 3), nomeadamente quando usam a expressão “igreja mais vasta” (“broader church”) para se referirem ao que representa uma linguística aplicada distinta de uma abordagem da aplicação da linguística a problemas de linguagem. Por sua vez, Moita Lopes (2006b: 98) faz mesmo alusão ao alargamento dos limites da linguística aplicada, que acompanha no fundo o que se passa nas humanidades e nas ciências sociais. Para uma leitura geral e crítica de algumas tendências correntes da linguística aplicada, ver Brumfit (1980).

²⁸ Entre outros, ver Moita Lopes (2001: 18 ss.) e Davies & Elder (2004: 3 ss.).

²⁹ Ver Slama-Cazacu (1979: 42), quando refere a seguinte definição de psicolinguística: “A psicolinguística trata directamente dos processos de codificação e de descodificação enquanto relacionam estados da mensagem com estados dos comunicadores”.

guir a psicolinguística da psicologia social e da psicologia geral da linguagem e torna-a até mais abrangente do que essas áreas em resultado das implicações interdisciplinares com a linguística teórica e aplicada.

O EPÍTETO *APLICADA*

Não obstante o epíteto “aplicada” poder ser problemático (ver Bygate 2004: 17-19), porque, por exemplo nas palavras de Spolsky (2005: 27), “o problema com a linguística *aplicada* reside na sugestão de que a linguística vem primeiro e a aplicação depois”, no tocante à pesquisa aplicada é possível ver nesse epíteto uma relação estreita com um dos critérios de um bom planeamento experimental, i.e., com a *validade externa* (A. Pinto 1990: 120-121). Na verdade, conforme comenta A. Pinto (1990: 121), o que interessa essencialmente na pesquisa aplicada é a possibilidade de aplicar ao maior número de pessoas e situações os resultados obtidos. A *generalização* é sem dúvida uma outra forma de olhar a validade (externa). Importa, porém, ter em conta na área que nos ocupa a necessidade de jogar com ligações entre a perspectiva generalizante e particularizante (ver Bygate 2004: 16-17), bem como entre métodos quantitativos e qualitativos (Bygate 2004: 11; Brown 2004: 486 ss.). Por outro lado, pode observar-se uma certa analogia entre a *validade (interna)* da pesquisa quantitativa(-experimental) e a *credibilidade* dos estudos qualitativos(-exploratórios) (ver Brown 2004: 493-495). Ao serem mencionadas a validade externa e interna da investigação com vista a poder chegar a relações de causa e efeito, está em questão o método de pesquisa de base positivista da linguística aplicada (ver Moita Lopes 2001: 21-22; 2006a: 25), que existe paralelamente à pesquisa de base interpretativista (ver Moita Lopes (2001: 22; 2006a: 25) para uma leitura crítica a este respeito). A referida credibilidade que a pesquisa vier a obter junto de quem a pratica tem contudo de assentar no devido controle que deve ser exercido sobre as variáveis parasitas de forma a que os resultados obtidos resultem unicamente da manipulação das condições da variável independente (ver A. Pinto 1990: 121), respeitando assim, em particular, um dos critérios de um bom planeamento experimental (ver A. Pinto 1990: 120-121)³⁰.

³⁰ Para mais pormenores sobre os aspectos metodológicos focados nesta secção, ver a II parte deste texto.

CONTRIBUTOS DA *PSICOLINGÜÍSTICA* E DA *PSICOLINGÜÍSTICA APLICADA* PARA A *LINGÜÍSTICA APLICADA*

Conforme se depreende da leitura de Slama-Cazacu (1979: 30), a linguística teórica e a linguística aplicada beneficiarão com toda a contribuição que a psicolinguística e a psicolinguística aplicada podem vir a dar em termos de pesquisa no tocante à recolha, elaboração e interpretação de factos da língua falada e à comunicação oral (ver, a este respeito, Bygate 2004: 15). E a autora sugere mesmo que a psicolinguística e a psicolinguística aplicada poderão ser consideradas as disciplinas passíveis de fornecer a “pesquisa fundamental” para a vertente aplicativa da linguística aplicada dependendo naturalmente do que se entender por linguística aplicada (ver Slama-Cazacu 1979: 30). É importante reter que a “pesquisa fundamental” tem a ver com o encontrar o “denominador comum” de uma categoria de situações e não a busca directa de uma situação particular (Slama-Cazacu 1979: xiv). Deve até acentuar-se que a pesquisa fundamental tem também de levar em consideração a realidade concreta, a “vida prática”, cenário onde se manifesta o ser humano nas suas variadas acções (ver Slama-Cazacu 1979: xv). Em conformidade com a mesma fonte, a pesquisa aplicada deve poder chegar igualmente a leis, se bem que de cunho menos geral, i.e., a pesquisa aplicada deve, segundo a autora, possuir também a sua própria teoria. Slama-Cazacu (1979: xv) não considera que exista qualquer discrepância entre pesquisa fundamental e aplicada; ela assinala antes a existência de graus diversos de generalidade tanto na primeira como na segunda.

Merecedora de nota é a forma como Slama-Cazacu se refere a ambas as pesquisas, quando afirma que “[e]ntre a pesquisa fundamental e a aplicada, não só existe filiação (o que implica uma cronologia, uma eterna derivação do aplicável desde o fundamental), mas também [...] uma *relação bilateral* ou *circular*: fundamental – aplicável – fundamental.” (Slama-Cazacu 1979: xv)³¹.

Slama-Cazacu propõe mesmo uma *cronologia estratégica* em vez da cronologia de filiação unívoca. Isto porque, continua a autora, “nas diversas etapas da pesquisa científica [...] é *muitas vezes* necessário partir da pesquisa fundamental para chegar a investigações que visem a precisar as modalidades de aplicação prática dos resultados gerais. Mas *noutros casos*, é útil partir da prática, onde se podem apresentar fatos interessantes, mas ainda inéditos, fatos que,

³¹ Dessa forma compreende-se como as teorias terão necessidade de se aperfeiçoar ou de ser abandonadas, porque, como lembra A. Pinto (1990: 21), “a actividade científica é um empreendimento teórico desde o início até ao fim”.

sendo desconhecidos, não puderam, em consequência, ser tomados em consideração pelos modelos teóricos e pelas hipóteses das pesquisas fundamentais.” (Slama-Cazacu 1979: xv-xvi)³².

Dentro do mesmo espírito, e no que respeita à linguística aplicada, Bruthiaux (2005: 9), reportando-se a Baldauf (2005), afirma que este autor “oferece uma visão integrada da linguística aplicada segundo a qual a prática informa a teoria pelo menos tanto como a inversa.” (ver também Davies 2006: 537).

Lantolf (2006: 151), remetendo para Rajagopalan (2004), refere ainda que este autor reivindica uma aproximação entre a teoria e a prática, para além de sugerir, com base em De Beaugrande (1997: 279), que, para avaliar a validade de qualquer teoria, se deve considerar como critério a importância da teoria para a prática.

A LINGUÍSTICA E A LINGUÍSTICA APLICADA

Enquanto a linguística se definiu como o estudo de sistemas abstractos do conhecimento idealizado fora da língua tal como era vivida, a tarefa da linguística aplicada não parecia revestir problemas (ver Widdowson 2000: 4). Como adianta este autor, a “linguística descontextualizava a língua da realidade, e a linguística aplicada re-contextualizava-a, e reconstruía a realidade no processo” (Widdowson 2000: 4). No fundo, estabelecendo o confronto com o que se passa com a física e a engenharia, Widdowson (2000: 4) acrescenta que, nessa perspectiva, a linguística era a ciência (cf. com a física) e a linguística aplicada a sua tecnologia (cf. com a engenharia).

Nos últimos 25 anos, conforme alude Widdowson, verificaram-se contudo alterações. E o autor prossegue: “A ortodoxia dominante foi desafiada e a linguística abriu brechas nos seus limites formalistas tradicionais [enquanto análises abstractas da «I-Language» idealizada e interior(izada)] [...] e alargou o seu escopo de forma a abarcar aspectos da língua exterior(izada) (da «E-Language»)” (Widdowson 2000: 4). A linguística devia assim tratar da realidade da língua tal como as pessoas a vivem: como comunicação, como expressão

³² Esta abordagem por parte de Slama-Cazacu reveste-se de uma relevância muito particular porque estamos a tratar da linguística aplicada (“A-L”), uma expressão que comporta em si uma caracterização, o que não se verifica com a expressão aplicação da linguística (“L-A”) (ver Widdowson 1980: 165 quando compara a “*applied linguistics*” (“A-L”) com a “*linguistics applied*” (“L-A”) (sublinhado meu)).

de identidade, como meio de usar o controle social em vez de se preocupar unicamente com constructos idealizados (ver Widdowson 2000: 4-5)³³.

Lembra Widdowson (2000:5) que “enquanto a linguística tratou das realidades abstractas, a linguística aplicada teve como tarefa trazê-las à realidade da experiência vivida”. Ora, o autor interroga-se acerca do que sobrará para a linguística aplicada se a linguística passar a tratar agora dessa realidade³⁴.

Interessa contudo argumentar com Widdowson (2000: 5) que, a despeito de a abrangência da pesquisa linguística ter aumentado e passado a englobar *dados* da língua exterior(izada) [da “E-language”], o *modo* como essa pesquisa é exercida só contempla de forma limitada a língua tal como é vivida. Quer dizer que, para o autor, a perspectiva que ela adota só nos dá uma visão parcial do problema, colocando assim limites à obtenção de bases credíveis para a intervenção.

Compreende-se assim que, nesta óptica, Slama-Cazacu (1979: 34) observe que foi especialmente no decurso do século passado “que a linguagem começou a ser considerada, cada vez mais, como um fenômeno muito complexo, ao estudo do qual devem concorrer diferentes disciplinas.”³⁵.

Para Edmondson (2005: 390), por sua vez, desde que Austin levantou a questão acerca de como fazer coisas com palavras causando o surgimento da pragmática e da análise de discurso, a linguística já não voltou a ser a mesma, já não se compagina com uma visão da língua que não tenha em conta quem a usa. Pode então dizer-se, com o autor, que se esfumaram os limites entre a linguística “pura” e a “aplicada”

Porém, ainda segundo Edmondson (2005: 390), não faz sentido enquadrar necessariamente nas actividades de linguística aplicada actividades do tipo da análise do discurso, apenas por nela estar envolvida a análise do uso da língua. E o autor torna mesmo o seu pensamento mais explícito quando considera que a linguística de *corpus*, a linguística computacional, a análise do discurso, a análise conversacional, a lexicologia, a pragmática e até a linguística crítica corresponderão a *perspectivas* ou *instrumentos* que podem ou não ser usados por quem faz pesquisa em determinado domínio da linguística aplicada (Edmondson 2005: 390). Será de realçar o facto de, na perspectiva de Edmondson

³³ A este respeito, consultar Pennycook (2006: 78) no momento em que o autor se refere ao modelo de linguagem da linguística adoptado na linguística aplicada e cita a propósito Bourdieu (1991: 107).

³⁴ Para mais informação sobre este tópico, ver Brumfit (1980: 162-163).

³⁵ Acerca da importância de uma linguística aplicada híbrida ou mestiça, ver Moita Lopes (2006b: 97 ss.).

(2005: 390), não ser obrigatório ver a existência de uma orientação “aplicada” inerente, por exemplo, no trabalho com *corpora*. Na verdade, estaremos porventura mais do lado de aspectos de ordem metodológica relacionados com recolha de dados e respectiva análise³⁶.

Encontrar-nos-emos então de novo perante o imperativo de distinguir a linguística aplicada (“A-L: applied linguistics”) da aplicação da linguística (“L-A: linguistics applied”)?

Depois do que foi dito sobre estas duas designações, resta perguntar, como o faz Lantolf (2006: 149), se a distinção em causa (“L-A/A-L”) é mesmo útil. Isto porque, sempre de acordo com a mesma fonte, a dificuldade que existe em dizer de imediato se uma pesquisa é em “L-A” ou em “A-L” pode ser uma boa prova da existência de uma coesão cada vez mais acentuada do que se faz no âmbito da linguística aplicada³⁷.

Faz todo o sentido neste contexto a posição de Davies (2004: 19) quando considera que não está bem delimitada a fronteira entre “L-A” e “A-L”, i.e., assim como a linguística é necessária à linguística aplicada, a aplicação da linguística, para tratar da sua aplicação, também tem de se socorrer de meios.

Sobressai do referido uma certa ideia de continuidade/*continuum* nestas abordagens. Tal ideia sai reforçada quando Davies (2004: 20), citando a área a que pertence a lexicografia, a remete para a extremidade linguística da “L-A”.

Se retomarmos a comparação entre linguística aplicada (“A-L”) e aplicação da linguística (“L-A”), ainda é possível encontrar-se que a linguística aplicada não é uma mera aplicação da linguística. Ela gera antes as suas próprias pesquisa e teorias, que coincidem por vezes com as da linguística, sendo, outras vezes, distintas³⁸.

³⁶ O autor considera nesta oportunidade a necessidade de distinguir o uso da aplicação (ver Edmondson 2005: 390) Para uma leitura crítica sobre a metodologia de recolha e tratamento de dados, incluindo a linguística de *corpus*, ver Bygate (2004: 10-12). Não deve ser esquecida neste contexto a posição de Rajagopalan (2006: 160-161) quando refere a linguística de corpus como uma boa prova do pôr em causa a supremacia da teoria, i.e., “a tese segundo a qual prática só teria êxito se obedecesse aos ditames da teoria” (Rajagopalan 2006: 160).

³⁷ Interessa referir neste momento Lantolf (2006: 149) quando se interroga por que não considerar aplicação da linguística, na qualidade de validação de teoria, a pesquisa na aquisição da linguagem na criança, sobretudo a que se enquadra na teoria generativa. Em torno do interesse periférico dos debates sobre “aplicação da linguística” vs. “linguística aplicada”, ver ainda Pennycook (2006: 74).

³⁸ Ver p. 1 do documento “General Department & Program Information”, do Department of Applied Linguistics da Portland State University, Portland, Oregon, USA (2 p.), disponível na

A manter-se essa distinção, devem sublinhar-se as seguintes palavras de Widdowson (2000: 5): “por mais extensa que seja a abrangência da linguística tendo em vista o mundo real, a sua aplicação não-mediada nunca pode «tornar-se» linguística aplicada porque representará sempre essa realidade do ponto de vista exclusivamente linguístico”³⁹.

É por isso que Hudson (1999: 1) lembra que, se bem que o seu nome seja de certa forma consensual, a linguística aplicada não pode ser vista como a mera aplicação da pesquisa feita em linguística. No tocante à pesquisa e à teoria, a linguística aplicada terá de olhar para lá da linguística⁴⁰. Por isso, de acordo com Hudson, a pesquisa em linguística aplicada envolve muitas vezes a síntese de pesquisa provinda de uma variedade de disciplinas, nelas incluída também a linguística. E, para além disso, prosseguindo com a mesma fonte, é bom ter presente que a linguística aplicada tem sido igualmente responsável pelo desenvolvimento de pesquisa original em várias áreas da linguística⁴¹.

ABRANGÊNCIA E HISTÓRICO

Neste momento, torna-se de interesse observar o percurso do que se pode designar a abrangência da linguística aplicada (ver Davies & Elder (2004: 2-3 e 7), bem como Moita Lopes 2006b: 98), que não deixa de estar ligada aos diversos modos de a praticar em resultado da natureza do campo e também dos variados interesses e formações daqueles que partem para a pesquisa nesta área (ver sobre este assunto Moita Lopes 2006a: 15).

Segundo Bygate & Kramsch (2000: 1), o escopo da linguística aplicada alargou-se nos últimos 21 anos mostrando que estamos perante um campo dinâmico.

Se olharmos para os conteúdos da revista *Applied Linguistics* desde a sua fundação no começo da década de 80 do século passado, verificamos que os temas do primeiro volume eram competência comunicativa, aquisição da linguagem,

web em www.ling.pdx.edu, acedido em 08-09-2006. Em termos da LA como disciplina que gera teoria por si própria, ver Pennycook (2006: 73).

³⁹ Sobre o papel não mediador da LA entre a teoria linguística e a prática e a sua intervenção directa na prática social gerando teoria, ver Moita Lopes (2006a: 34).

⁴⁰ Deve realçar-se neste momento o pensamento de Moita Lopes (2006b: 101) segundo o qual a distinção tradicionalmente feita entre uma linguística que se ocupa da teoria e uma linguística aplicada que se ocupa da prática já não ser pertinente.

⁴¹ O autor refere o bilinguismo, a literacia e o género como exemplos de áreas da linguística.

gramática pedagógica, estudos sociolinguísticos, actos de fala e aprendizagem da língua, *curriculum* comunicativo, para lá de trabalhos sobre a natureza do domínio: interdisciplinaridade, modelos e ficções. O primeiro volume incluía ainda um número temático sobre análise de discurso aplicado (ver Bygate & Kramsch 2000: 1).

Os volumes mais recentes (ver Bygate & Kramsch 2000: 1-2) cobrem, em contrapartida, áreas que mal seriam reconhecidas nos anos 80. Entre elas, os autores mencionam a linguística forense, os estudos de género, a tradução por meio de máquinas e interpretação, a língua(gem) e a justiça, a língua(gem) e os *media*, o discurso profissional e terapêutico. Simultaneamente surgiram ainda, como nos lembram Bygate e Kramsch, novas metodologias e filosofias, tais como a linguística de *corpus* e a linguística crítica.

Não restam dúvidas, conforme realçam Bygate & Kramsch (2000: 2), que, na medida em que a linguística aplicada se tornar mais interdisciplinar, ela passa a estar mais bem preparada para tratar de uma maior gama de assuntos relacionados com a linguagem no mundo real e a evidenciar uma consciência mais crítica relativamente às suas metodologias.

Interessa assinalar que a linguística aplicada terá iniciado em 1941 na Universidade de Michigan, aquando da fundação do *English Language Institute* na referida universidade (Gomes de Matos 2000: 1286) e terá sido reconhecida oficialmente como um curso independente da Universidade de Michigan em 1946 (Tucker s/d: 1 de 2). Nessa altura, seguindo a mesma fonte, o termo era usado tanto nos Estados Unidos como no Reino Unido para se referir à aplicação do que se designava por “abordagem científica” ao ensino de línguas estrangeiras, nelas incluindo naturalmente o Inglês para não-nativos.

Em 1948 (ver Davies & Elder 2004: 2), foi fundada, na Universidade de Michigan, a revista *Language Learning*, a única com a referência a linguística aplicada no subtítulo (*A Quarterly Journal of Applied Linguistics*). Acontece contudo, conforme adiantam Davies & Elder (2004: 2), que por linguística aplicada se entendia então aplicação da linguística. Mais recentemente, nos anos 90 do século XX (1993), os organizadores da citada revista aceitaram que ela desse conta do alargamento que o campo da linguística aplicada estava a evidenciar. No entanto, como comentam Davies & Elder (2004: 3), essa “cedência” teve o seu preço. O termo “linguística aplicada” foi retirado do subtítulo da revista, que passou a ser (*Language Learning: A journal of research in language studies*).

No fim dos anos 50 e início dos 60, segundo Tucker (s/d: 1), o uso do termo linguística aplicada tornou-se mais abrangente, contemplando não só

o ensino de línguas estrangeiras, mas também a tradução automática. Com base ainda na mesma fonte, a *Association Internationale de Linguistique Appliquée* (AILA) reúne pela primeira vez em 1964, em Nancy, França, sendo temas do encontro o ensino de línguas estrangeiras e a tradução automática.

Como nota Tucker (s/d: 1 de 2), a Direcção da AILA define actualmente a linguística aplicada como “um meio de ajudar a resolver problemas específicos na sociedade” e acrescenta que “a linguística aplicada foca a sua atenção nas numerosas e complexas áreas da sociedade em que a linguagem desempenha um papel”. A presente definição mostra bem como a AILA sentiu a necessidade de encontrar uma definição capaz de acompanhar os desenvolvimentos da área de que se ocupa e o seu carácter interdisciplinar.

Quer dizer que, para além do ensino de línguas estrangeiras e da tradução por meio de máquinas, são hoje também contempladas áreas olhadas como centrais em termos de linguística aplicada como a linguagem para fins especiais (por exemplo, problemas de linguagem e de comunicação relacionados com a aviação, distúrbios de linguagem, direito, medicina, ciência), política e planeamento da linguagem e assuntos relativos à linguagem e à literacia (ver Tucker s/d: 1 de 2)⁴².

Gostaria de destacar nesta oportunidade a relação entre os termos e os seus conteúdos, para poder partilhar o que também terá ocorrido com a “linguística aplicada”.

De acordo com Widdowson (2006: 93), o uso do termo “linguística aplicada” significou, no início, uma abordagem ao ensino da língua mais informada do ponto de vista linguístico⁴³. E o autor prossegue dizendo que, nessa altura, já se

⁴² Outras áreas também tidas em consideração podem ser vistas, por exemplo, no documento *What are Linguistics and Applied Linguistics about?* (2 p.), da University of Melbourne. Disponível na web em http://www.linguistics.unimelb.edu.au/areas/ling_appling/, acedido em 08-09-2006.

⁴³ Veja-se, neste contexto, o subtítulo (“A quarterly journal of applied linguistics”) da revista *Language Learning* que surgiu em 1948 (ver Widdowson 2006: 93). Revela-se igualmente de toda a relevância mencionar neste momento a posição de Kramsch (2005: 547-548) sobre as forças que terão motivado o surgimento da pesquisa no âmbito do ensino de línguas nos anos 40 e mesmo a revista *Language Learning* (ver também Bygate 2005: 575 ss.). De acordo com Bygate (2005: 575), o argumento de Kramsch era o seguinte: “a linguística aplicada e as suas primeiras instituições – e o ensino de língua comunicativo como uma vertente de pesquisa que lhe era intrínseca – emergiu de forma a «[encorajar] a compreensão do modo como as pessoas aprendiam e ensinavam línguas estrangeiras, particularmente o inglês, para resolver problemas do mundo-real encontrados *no decurso de transacções comerciais*».”. Assim sendo, retomando Bygate (2005: 575), a linguística aplicada e o ensino

suspeitava que a adopção do termo “linguística aplicada” fosse motivado pelo desejo de conferir à actividade de ensinar – considerada humilde e desinteressante – um estatuto mais elevado.

Observe-se então o que é avançado por Widdowson (2006: 93) no que respeita a duas consequências provindas dessa suspeita.

Por um lado, os professores de língua, os supostos beneficiários do que se viesse a alcançar com a linguística aplicada, começavam a pensar que o nome era simplesmente uma designação para uma teorização estranha sem importância real na prática da sala de aula. No fundo, os chamados linguistas aplicados eram vistos como meros linguistas disfarçados e a parte aplicada não era mais do que um pretexto (ver Widdowson 2006: 93).

Por outro lado, seguindo a mesma fonte, surgiram movimentos por parte dos supostos estudiosos da área para não associar a linguística aplicada ao ensino de línguas em virtude de essa relação poder não lhe conferir grande reputação.

Consequentemente, na leitura de Widdowson (2006: 93), a aquisição da segunda língua (ASL) passou a constituir uma área separada com o respeito que hoje nos merece e o escopo da linguística aplicada foi alargado deixando de estar unicamente associado ao ensino de línguas⁴⁴.

Muitos linguistas aplicados, conforme se pode ver em Widdowson (2006: 93-94), preocupam-se com salientar que a linguística aplicada não diz só respeito à aprendizagem de línguas na sala de aula, mas também ao uso da linguagem no dia-a-dia; não diz apenas respeito à pedagogia mas igualmente à interacção social, à terapia da fala, à linguística forense, etc.

Todas as áreas que foram acrescentadas tendem a ser olhadas de forma mais elevada do que o mero ensino de línguas, visto que estão associadas a actividades com mais prestígio – sociologia, medicina, direito. Tal facto não pode ser olhado, como é óbvio, com indiferença (ver Widdowson 2006: 94).

A linguística aplicada afasta-se assim, em conformidade com a fonte mencionada, do ensino de línguas e a linguística deixa de ser a única, nem mesmo a primeira, disciplina com a qual a linguística aplicada se relaciona. Dito diferentemente, a linguística aplicada passa a relacionar-se com várias disciplinas.

comunicativo de línguas serviram unicamente para satisfazer as exigências capitalistas e/ou as ideologias do contexto sócio-cultural em que se moviam. Surgia pois um contexto que facilitava o ensino da língua para fins comerciais (ver Bygate 2005: 577).

⁴⁴ Se bem que se possa considerar que a aquisição da segunda língua (ASL) possui hoje um estatuto institucional próprio, não se exclui que seja tida como uma sub-área da linguística aplicada (ver nota 13).

Indo ao encontro do exposto, no programa da AILA de 2005, como atesta Widdowson (2006: 94), a propósito da pergunta “Que é a linguística aplicada?”, Richard Tucker nota que, para um observador, o rápido crescimento da linguística aplicada na qualidade de campo interdisciplinar⁴⁵ constituiu a sua mudança mais notória.

II

DA METODOLOGIA RELATIVA À PESQUISA EM LINGÜÍSTICA APLICADA: BREVES NOTAS

A literatura das duas últimas décadas sobre pesquisa em linguística aplicada, talvez por a temática nela tratada estar relacionada com a noção de pesquisa, não conseguiu dar sempre do termo pesquisa uma definição satisfatória (ver Brown 2004: 476).

Também certamente por causa do escopo da pesquisa em linguística aplicada, Brown (2004: 477) acha um grande desafio encontrar com facilidade uma definição geral de pesquisa que seja capaz de cobrir todas as possibilidades. O autor, com vista a avançar com uma definição de pesquisa tão satisfatória quanto possível, socorre-se de uma que lhe foi sugerida em conversa por Donald Freeman por sentir que, em virtude do seu carácter abrangente, era passível de ser adaptada com uma ligeira alteração à pesquisa em linguística aplicada. Assim, à definição “any principled inquiry” (Brown 2004: 477) que lhe foi sugerida por Freeman para pesquisa, Brown acrescenta-lhe “systematic”, o que conduz à seguinte definição “any systematic and principled inquiry in applied linguistics” (Brown 2004: 478). O autor acrescentou-lhe “sistemática” porque se lhe afigura que a definição assim obtida se adapta melhor à pesquisa em linguística aplicada tal como ele a vê no momento e porque entende que qualquer pesquisa não se deve basear apenas em princípios, deve também ser bem organizada, metódica, rigorosa e bem ordenada (Brown 2004: 478).

Alude também Brown a diferentes opções de pesquisa e acaba por, após mencionar diversas perspectivas da pesquisa em linguística aplicada (ver Brown 2004: 479 ss.), enfatizar de uma forma particular o *continuum* entre a pesquisa qualitativa e quantitativa (ver Brown 2004: 486 ss.). O autor reforça

⁴⁵ Quanto ao problema da interdisciplinaridade e à diferença que existe entre a vida real e as abstracções das diferentes disciplinas, Widdowson adianta como relevante a questão de mediar a relação entre dois planos diferentes da realidade: o da disciplina abstracta e o dos domínios reais onde se encontra a experiência que cada um tem da língua (ver Widdowson 2006: 96).

ainda a ideia de interação, i.e., de possíveis combinações entre vários pontos dos *continua* respeitantes aos vários padrões usados para julgar a justeza da pesquisa (ver Brown 2004: 495-496)⁴⁶.

A finalizar, destaca diferentes considerações éticas suscitadas pela pesquisa também em linguística aplicada (ver Brown 2004: 497-498)⁴⁷.

O texto de Brown dá-nos uma panorâmica da complexidade de que se pode revestir uma pesquisa em linguística aplicada em resultado por certo das características dos dados recolhidos, que devem ser depois manipulados e analisados de forma rigorosa e adequada às exigências inerentes ao problema e à hipótese formulados como ponto de partida para a respectiva pesquisa⁴⁸.

Trabalhar em linguística aplicada deveria poder inserir-se naquilo que, segundo A. Pinto (1990: 35), se designa por fazer pesquisa/investigação científica. Para este autor, entende-se por fazer investigação científica usar métodos quantitativos, que integram em princípio “a observação sistemática, um controle experimental exigente, instrumentos de medida e recolha de dados fiéis e precisos, a aleatoriedade das amostras de sujeitos e uma análise estatística rigorosa.” (A. Pinto 1990: 35). Naturalmente, com base na mesma fonte, podem referir-se como métodos mais frequentemente usados em diferentes disciplinas: o método descritivo, o método correlacional, o método diferencial e o método experimental (ver A. Pinto 1990: 35 e capítulos 3, 4 e 5).

De um modo geral, como avança Moita Lopes (2001: 21), grande parte da pesquisa em linguística aplicada utiliza um método de investigação de base positivista, à semelhança do praticado em diferentes áreas das ciências sociais, seguindo o exemplo da pesquisa em ciências naturais. Quer isto dizer que a produção de conhecimento, de acordo com Moita Lopes, devia estar “sob o controle de variáveis⁴⁹ específicas que garantiriam a vali-

⁴⁶ Interessa retomar aqui a seguinte passagem de Brown (2004: 489) extraída de Newman & Benz (1998:9): “«Toda a pesquisa do comportamento é constituída por uma combinação de constructos qualitativos e quantitativos»”. Mais, o autor refere que “Eles defendem a noção de um *continuum de pesquisa qual-quant*, oposta a uma dicotomia, e insistem que o continuum deve ser considerado «interactivo»”.

⁴⁷ De facto, o método descritivo é usado muitas vezes usado em vez do experimental por razões de ordem ética (ver A. Pinto 1990: 46).

⁴⁸ Para uma leitura crítica sobre a metodologia da pesquisa, ver Bygate (2004: 9 ss.). Aconselha-se ainda a leitura de Gonsalves (2003) e de Martins & Bicudo (2005).

⁴⁹ Como se pode ver em A. Pinto (1990: 39), na secção “A medida em psicologia” do capítulo 2, “[u]ma variável é uma característica, propriedade ou quantidade de um ser, objecto ou acontecimento que é manipulada e medida ou controlada numa experiência.” E, conforme acrescenta o autor, a variável por definição deve variar.

dade interna⁵⁰ e externa⁵¹ da investigação de modo a se poder demonstrar relações de causa e efeito através da aplicação de testes de significância estatística.” (Moita Lopes 2001: 21⁵²). Acontece porém, conforme salienta este autor, que a pesquisa de base interpretativista (de tipo etnográfico e de tipo introspectivo: tendências principais de pesquisa no caso da linguística aplicada) começa a ser contemplada nesta área de investigação por se adequar de um modo particular à “natureza subjetiva das Ciências Sociais” e se manifestar promissora no tocante à pesquisa em linguística aplicada (Moita Lopes 2001: 22).

Com base em A. Pinto (1990: 68), uma disciplina será considerada científica consoante a maneira como os seus investigadores aderirem aos passos do método científico. E o autor enumera-os assim: a definição do problema, a formulação do problema, a formulação de uma hipótese, o uso de controle experimental adequado, a obtenção rigorosa dos dados, a análise dos dados de forma a comprovar ou rejeitar a hipótese formulada e a modificação dos conhecimentos com vista à acomodação às novas descobertas (A. Pinto 1990: 69-72).

Se tomarmos a pesquisa nesta perspectiva, para A. Pinto (1990: 74) a experimentação toma um papel central porque “[a]través da experimentação é possível identificar a causa ou causas prováveis de ocorrência de um determinado fenómeno”.

Resta, então, ver como se poderá definir experiência científica⁵³. A. Pinto (1990: 74), socorrendo-se da definição de Zimney (1961: 18, referido por A. Pinto 1990: 74), define-a assim: “«a observação objectiva dos fenómenos que são forçados a ocorrer numa situação rigorosamente controlada, e em que um ou mais factores são manipulados enquanto os restantes são controlados ou mantidos sob condições constantes».”⁵⁴.

⁵⁰ A validade interna (da relação verificada entre as variáveis independentes e a variável dependente depois de devidamente controladas as variáveis parasitas) corresponde ao segundo critério de um bom planeamento experimental de acordo com Christensen (1980: 165, referido por A. Pinto 1990: 120) (ver A. Pinto 1990: 121).

⁵¹ A validade externa, relativa à possível generalização dos resultados obtidos a outros participantes para além dos que constituíram a população do experimento, corresponde ao terceiro critério de um bom planeamento experimental segundo Christensen (1980: 165, referido por A. Pinto 1990: 120) (ver A. Pinto 1990: 121).

⁵² Moita Lopes (2006a: 25) refere-se a uma linguística aplicada tradicional, que no seu entender ainda é muito positivista.

⁵³ É interessante referir neste momento o facto de A. Pinto (1990: 98) comparar o planeamento de uma experiência científica com a programação de uma viagem de férias.

⁵⁴ Para uma leitura mais aprofundada acerca desta definição, ver A. Pinto (1990: 74 ss.).

Com vista a mostrar como, também na área da linguística aplicada, um trabalho científico deve ser realizado e apresentado, torna-se relevante destacar, seguindo sempre A. Pinto (1990: 120-121), os três critérios que Christensen (1980: 165, referido por A. Pinto 1990: 120) propõe como essenciais para um bom planeamento experimental: a “adequação do problema a analisar em função da resposta pretendida”⁵⁵, a “validade interna da relação entre as variáveis independentes e a variável dependente”⁵⁶ e, finalmente, a validade externa.

No dizer de A. Pinto (1990: 121), a investigação aplicada toma em especial consideração este último critério, porque para ela a aplicação dos resultados ao maior número de pessoas e situações constitui o seu principal interesse.

Quem faz pesquisa deve naturalmente dar a conhecer os resultados ou os dados a que chega e, por isso, necessita de saber como redigir um artigo (científico) respeitando as partes que o integram⁵⁷.

No que toca às fases da redacção de um artigo científico, elas são as seguintes: título, resumo, introdução, método (sujeitos, planeamento, material e equipamento, procedimento), resultados, discussão/conclusão e, por fim, bibliografia/referências (ver A. Pinto 1990: capítulo 11).

Por razões de ordem prática, neste texto centrarei a atenção unicamente em algumas das fases acima mencionadas.

⁵⁵ Interessa referir nesta altura que “[o] objectivo principal de qualquer investigação é obter respostas a perguntas previamente formuladas e as perguntas mais adequadas são aquelas que são formuladas no âmbito de uma teoria ou modelo.” (A. Pinto 1990: 167). Importa ter em mente também as fases principais da actividade científica, que chega à teoria – reforçando-a, alterando-a ou abandonando-a –, tomando-a como ponto de partida (ver A. Pinto 1990: 22, fig. 1).

⁵⁶ No tocante às variáveis, pode dizer-se com A. Pinto (1990: 40) que a variável independente é uma das características/propriedades/quantidades manipuladas pelo investigador e que a variável dependente ou variável de resposta é a que é observada e medida pelo investigador. Por variável, como o autor adianta, deve entender-se “uma característica, propriedade ou quantidade de um ser, objecto ou acontecimento que é manipulada e medida ou controlada numa experiência” (A. Pinto 1990: 39).

Quanto às variáveis, convém também que quem projecta um experimento científico tenha presente a necessidade de identificar as variáveis concorrentes, parasitas, estranhas ou independentes potenciais. Para tal, deve recorrer a um controle experimental fiável, socorrendo-se de sistemas de controle eficazes (ver A. Pinto 1990: 89).

⁵⁷ Se bem que, neste texto, sigamos de perto A. Pinto (1990: 157 ss.), não deve ser deixado de mencionar o texto *How to write a paper* (11p.) de Judy Libra, disponível na web em www.erm.tu-cottbus.de/Board/old/scripts/Libra/Module%206%20How%20to%20write%20a%20paper.pdf, acedido em 28.03.2005. Deste documento, realço de um modo muito particular a representação gráfica a que a autora faz corresponder o conteúdo da Introdução (p. 5 de 11), bem como a configuração invertida dessa representação gráfica quando é chegado o momento de redigir a conclusão (p. 7 de 11).

Assim, começarei por olhar para o *título*. Deve ser curto, conciso e portador da informação essencial sobre o artigo que se está a redigir. O título deve ainda anunciar as variáveis independentes manipuladas, bem como a variável dependente. Uma fórmula do tipo “Os efeitos de (...) sobre (...)” serve o objectivo almejado. No espaço dos primeiros parênteses devem especificar-se as variáveis independentes e, no segundo espaço, a variável dependente (ver A. Pinto 1990: 157)⁵⁸.

Num segundo momento, destaco o *resumo*. Este, conforme realça A. Pinto (1990: 157-158), tem como fim dar a conhecer ao leitor a hipótese formulada, a metodologia por que se optou, os principais resultados a que se chegou e o que o trabalho em questão trouxe de novo para o domínio em estudo. O número de palavras de um resumo é normalmente imposto pelas normas da revista a que é submetido o artigo para apreciação. A. Pinto (1990: 157) sugere 100 a 150 palavras, o que corresponderá aproximadamente a 15 linhas de texto.

O resumo de um artigo tem como principal finalidade mostrar o que de mais importante trata o artigo a que se reporta a fim de que o leitor se inteire do seu conteúdo sem necessitar de o ler na íntegra.

Apesar da importância de que se reveste a *introdução* do ponto de vista essencialmente teórico e o *método* do ponto de vista dos passos seguidos na realização do experimento, salientarei neste contexto sobretudo a necessidade de, na fase respeitante à mera descrição dos *resultados*, os dados serem apresentados com muita clareza – sem o recurso a qualquer tipo de interpretação –, por meio de tabelas, gráficos ou outras formas de representação, em que figurem títulos muito explícitos e legendas sempre que necessário. A interpretação dos resultados deverá ficar consignada ao momento do artigo designado por *discussão/ conclusão*.

Quanto à *bibliografia* (final), que eu prefiro designar por *referências* (bibliográficas), ela deve conter todas as obras que foram usadas, consultadas ou citadas no corpo do artigo. Quer isto dizer que, no corpo do artigo, devem estar muito bem explicitadas todas as fontes consultadas até porque, muitas vezes, o leitor só está interessado em determinados assuntos focados no texto, tornando-se portanto imprescindível a referência a toda a bibliografia que foi trabalhada para o efeito. Acrescentaria que, tanto quanto possível, devem ser evitadas as referências indirectas, na medida em que não se sabe até que ponto não se está a referir ou até a citar uma passagem que não está totalmente cor-

⁵⁸ Na verdade, conforme refere A. Pinto (1990: 39), um dos objectivos principais da investigação científica consiste no estabelecimento de relações entre variáveis.

recta. As referências indirectas deverão ser usadas em casos extremos: obras raras ou esgotadas, obras não traduzidas nas línguas normalmente lidas e obras cuja obtenção não se afigure possível por diferentes razões.

Ainda no tocante às referências, insisto no que de relevante representa, depois de acabada a escrita do artigo, confrontar as citações e respectivas páginas com as fontes para ver se há concordância, verificar se as referências finais contemplam todas as que estão presentes no texto e vice-versa e, por fim, ver se as referências contêm de modo correcto todas as informações que figuram nos artigos/obras originais.

III DA CREDIBILIDADE INERENTE À PESQUISA

Para que um texto científico se revista de credibilidade é naturalmente necessário tomar em devida atenção a forma como são apresentadas as diferentes fases que integram a sua redacção, desde o título até às referências, passando pelo resumo, pela introdução, pelo método com todas as suas partes, pelos resultados e pela discussão ou conclusão⁵⁹.

A propósito da credibilidade, aconselhava a leitura do artigo de Paradis (2006), intitulado “More *belles infidèles* – or why do so many bilingual studies speak with forked tongue?”. A meu ver, trata-se de um artigo que deveria ser de leitura obrigatória para quem redige textos científicos. Na verdade, Paradis chama a nossa atenção para o pouco cuidado de que por vezes se reveste o modo como certas fontes são lidas, citadas e referenciadas. Os subtítulos do artigo em causa não deixam dúvidas relativamente à sua forma de pensar: “1. Aberrant citations [...] 2. Irrelevant citations [...] 3. Selective citations [...] 4. Myth perpetuation [...] 5. Misinformation [...] 6. Confusions”.

Da leitura do texto de Paradis, fica-se com uma ideia muito clara acerca do rigor com que se deve trabalhar a bibliografia – e muito em especial a indirecta – que sustenta teoricamente o artigo que se pretende escrever. Por outros termos, as fontes devem ser trabalhadas rigorosamente e com o maior cuidado. Ora, é evidente que o que ficou dito terá de ser tido em muito especial atenção por todos os que pretendem publicar a sua pesquisa porque, quanto a mim, é quase totalmente impossível redigir artigos sem o recurso a fontes.

A forma como os dados são obtidos e analisados também não pode ser olhada com menos seriedade. A título exemplificativo, transcrevo o título de

⁵⁹ Sobre a importância da metodologia, ver A. Pinto (1990: 146).

um artigo assinado por Carneiro (2006): “Ensaio clínico usam truques estatísticos para forjar resultados”. Se bem que não seja minha intenção considerar todo o conteúdo do artigo, que procura também dar conta de algumas observações feitas por um professor de bioestatística, afigura-se-me oportuno transcrever o seguinte: “Os resultados dos estudos e ensaios clínicos podem ser simplesmente aqueles a que quem os promove entende chegar. Por mera habilidade estatística e com intenções na maioria das vezes economicistas – conseguir fundos para investigação ou vender um medicamento. [...] «Com determinados desenhos de estudo, há alta probabilidade de aparecerem fenómenos estatísticos que acontecem por acaso numa amostragem.» [...] Se um profissional de estatística consegue detectar estes «truques», «o médico não» [...] «a evidência científica pode ser fabricada» [...] O problema é que, apesar de haver regras «simples» para detectar alguns truques, os médicos não recebem formação de base para isso.”

Não passa certamente despercebida nas passagens transcritas a importância que se deve atribuir não só ao desenho do estudo que se deseja levar a cabo, mas também ao tratamento estatístico dos resultados obtidos. Dito diferentemente, a parte metodológica de um trabalho científico, bem como a opção tomada para a manipulação dos dados terão de ser objecto de uma abordagem/leitura consciente e crítica por parte de especialistas dessas áreas.

Ainda acerca da manipulação estatística de dados a que se pode chegar, revela-se igualmente pertinente a leitura de dois artigos publicados na *Applied Linguistics* de 2006. O primeiro artigo é assinado por Stapleton (2006) e visa criticar a complexidade estatística de um artigo de Ross (2006) que estuda a avaliação informativa e sumativa em termos de aprendizagem de alguns aspectos da língua(gem). No entendimento de Stapleton, tal opção poderá encobrir uma menor dose de rigor que deve ser sempre posto na recolha e manipulação dos dados que servem de ponto de partida à análise estatística apresentada. Stapleton (2006: 133) lembra mesmo que há revistas que integram nos seus conselhos redactoriais especialistas em estatística. Não sabe contudo se esses especialistas também olham com o rigor necessário para os dados subjacentes à análise estatística sobre a qual se têm de pronunciar.

O segundo artigo corresponde à resposta dirigida a Stapleton por Ross, o autor do artigo criticado. Trata-se de uma resposta muito subtil, muito embora não deixe de se caracterizar por uma certa dureza.

Ross mostra não só a importância do recurso à combinação de tipos de procedimentos no âmbito dos diferentes métodos de pesquisa, o que vai ao encontro da posição já focada de Brown (2004), mas também como uma aná-

lise complexa do ponto de vista estatístico pode ser a única resposta quando se está perante uma complexidade notória de dados (Ross 2006: 529).

Testemunha bem o tom irónico que Ross incute à sua resposta a seguinte passagem: “Finalmente, Paul Stapleton denuncia o uso de «instrumentos estatísticos complexos». Só posso responder que dados complicados requerem muitas vezes métodos analíticos complexos. Contudo estou até certo ponto de acordo com ele. Também fico às vezes desiludido quando não consigo compreender com facilidade as anotações Minimalistas complexas e os diagramas usados nos estudos de sintaxe moderna que aparacem em revistas como a *Linguistic Inquiry* e, cada vez mais, na revista *Second Language Research*. Nunca me ocorreu que devia protestar junto dos autores e dos editores sobre a sua complexidade. Tenho de tomar uma decisão: posso ou actualizar a minha capacidade de compreender as análises sintácticas modernas ou passar muito simplesmente por cima delas” (Ross 2006: 529).

Independentemente do conteúdo dos artigos e da maneira como cada estudioso reage, penso que não se deve pôr de lado a importância do método e da manipulação dos resultados quando estamos perante trabalhos de pesquisa mesmo na área que nos ocupa.

Salientaria também a importância de saber redigir e ler devidamente os títulos dos artigos. De facto, o título de um artigo, como já foi referido, deve anunciar desde logo a ou as variáveis (independentes e dependentes) que se encontram em jogo no estudo em causa. A nível do título, também não se deve excluir a possibilidade de se fazer uma leitura em termos de correlação ou inter-relação das variáveis contempladas pela pesquisa.

Os títulos que se seguem (Cheng & Warren 1999; Walter 2004; Vandergrift 2005), correspondentes a artigos que apresentam uma componente experimental, ajudarão por certo a observar o exposto.

1. *Transfer of reading comprehension skills to L2 is linked to mental representations of text and to L2 working memory* Catherine Walter (2004). *Applied Linguistics* 25/3: 315-339
2. **Relationships among** *motivation orientations, metacognitive awareness and proficiency in L2 listening* Larry Vandergrift (2005). *Applied Linguistics* 26/1: 70-89
3. *Inexplicitness: What is it and should we be teaching it?* Winnie Cheng and Martin Warren (1999). *Applied Linguistics* 20/3: 293-315

O título do último artigo (3) leva-nos a antecipar o seu possível aspecto aplicado – “should we be teaching it?” – e mesmo uma provável relação entre

variáveis: efeito do ensino com base no não-explicito na aprendizagem, com vista a desempenhos mais ou menos próximos dos dos falantes nativos.

O segundo artigo (2) aponta possíveis limitações da pesquisa em questão, no que respeita ao problema da generalização (Vandergrift 2005: 82) e à necessidade de combinar procedimentos metodológicos: entrevistas a complementar questionários (Vandergrift 2005: 82-83). Do ponto de vista estatístico, pode observar-se o uso de testes que servem para examinar o grau das relações/(inter)correlações existentes (Vandergrift 2005: 76 ss.).

O título do primeiro artigo (1) anuncia a relação que se pretende estudar (“is linked to”) entre as variáveis em foco representadas em itálico.

Ainda do ponto de vista metodológico, em termos de preparação para a análise por exemplo de extractos de discurso, de conversas (faladas) – não sei se não se torna oportuno perguntar se a tarefa em causa se enquadra na aplicação da linguística ou na linguística aplicada – convém ter presentes normas já em uso para transcrever ortográfica e não foneticamente (ver Mori & Hayashi 2006: 215-216; Preti (Org.) 1999: 12-13; Raingeard & Lorscheider 1977; Richards 2006: 74).

Nesta ocasião, aproveitaria para sublinhar que transcrever ortograficamente pressupõe um bom treino de audição. O ouvido precisa de ser treinado e não é invulgar não se conseguir chegar exactamente ao que foi dito, razão pela qual a transcrição ortográfica consagra também uma norma para esses casos. No fundo, ouvir corresponderá sempre a uma operação que poderia designar-se por filtragem (ver Raingeard & Lorscheider 1977: 15) e que, a ser assim, pode naturalmente diferir de ouvir para ouvir.

Como a tecnologia vai evoluindo, deixo em aberto a possibilidade de já existirem programas que possam de alguma forma contribuir para facilitar a transcrição ortográfica⁶⁰.

Com o objectivo de efectuar a captação e gravação, o armazenamento, a análise e a manipulação de material sonoro (segmentação, etiquetagem, medição de durações, etc.), do maior interesse para quem trabalha material verbal oral, existe já, por exemplo, o programa *Praat* (ver na web em <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>), passível de ser conjugado com programas como o *ANVIL* (ver na web em <http://www.dfki.de/~kipp/anvil/>)⁶¹, que serve para analisar componentes não-verbais do discurso.

⁶⁰ O seguinte “link” poderá abrir algumas pistas: <https://www.l2f.inesc-id.pt/wiki/index.php/Demos>.

⁶¹ Ver, a este respeito, Rodrigues (2006).

Apesar de ser importante conhecer e dominar instrumentos complementares com vista a obter análises cada vez mais sofisticadas⁶², não é naturalmente dispensável uma boa familiarização com as normas de transcrição ortográfica normalmente usadas por estudiosos da área em trabalhos que requeiram esse tipo de tratamento. Assim sendo, o treino da audição de material verbal sonoro revela-se indispensável para quem quiser transcrever ortograficamente o discurso oral.

IV ANOTAÇÕES FINAIS

Este texto visa contribuir para mostrar o que representa fazer investigação científica no domínio da linguística aplicada, pondo em evidência que uma simples formação em linguística já não pode afigurar-se suficiente nos nossos dias.

Além disso, da sua leitura deve ressaltar que a pesquisa em linguística aplicada (esteja ela na extremidade quantitativa-experimental, na extremidade qualitativa-exploratória ou nalgum ponto situado ao longo do *continuum* quant-qual) não abdica de um grande rigor e não se compagina portanto com amadorismos.

É meu entendimento que qualquer trabalho de pesquisa em linguística aplicada, muito particularmente os que apresentam uma componente metodológica experimental, não poderá ser realizado com rigor e profissionalismo quando as instituições interessadas em abrigar esse tipo de investigação/pesquisa não oferecerem (in)formação suficiente aos estudantes/pesquisadores nas diversas áreas nela implicadas – começando naturalmente com os que estão a iniciar as suas carreiras enquanto pesquisadores – e não dispuserem de equipas multidisciplinares destinadas a colaborar sempre que o contributo da sua especialização for necessário.

Dessas equipas, devem constar naturalmente linguistas, mas também psicólogos, que nos assegurem que estamos perante um bom desenho metodológico que contemple os passos relevantes do método científico (definição e formulação do problema, formulação da hipótese, controle experimental adequado, obtenção rigorosa dos dados, controle sobre as amostras e (número de) sujeitos), especialistas em estatística, para que sejam aplicados os testes

⁶² Importa ter presente como estamos perante instrumentos de pesquisa ao serviço da metodologia.

adequados às amostras e grupos contemplados pelo estudo em causa – há psicólogos que são também especialistas em estatística e que, como tal, detêm um bom domínio sobre os testes (paramétricos ou não consoante as características das amostras) que melhor se ajustam à pesquisa em linguística aplicada – e sociólogos. Estes últimos estão sobretudo posicionados para orientar a pesquisa que se apoia em questionários, sondagens, entrevistas ou outros instrumentos desta ordem, porque, uma vez que estão mais familiarizados com eles, assegurarão certamente que o desenrolar da sua aplicação se verifique nas melhores condições.

Em conclusão, o linguista aplicado deve possuir a preparação necessária para saber fazer pesquisa na sua área de trabalho, bem como para saber ler e escrever artigos no seu domínio de pesquisa. Atendendo a que a pesquisa em linguística aplicada e a escrita de artigos nesta área obedecem a *regras* que devem ser respeitadas para que o resultado final goze da credibilidade desejada e exigida pela comunidade científica, espera-se também do linguista aplicado, como aliás de qualquer pesquisador, que tenha a humildade suficiente para admitir que o seu trabalho, em virtude da complexidade que por vezes o caracteriza, o pode obrigar a recorrer a outros especialistas, indo mesmo para lá dos já referidos, que contribuirão seguramente para a realização de um estudo que venha a ser reconhecido como aplicado no sentido de inter/transdisciplinar, rigoroso e também credível nas suas várias vertentes.

Que a linguística aplicada deve ser vista como “uma abordagem construída inter/transdisciplinarmente” (Moita Lopes (org.) 2006: contracapa) constitui, em minha opinião, uma tomada de posição que terá de ser assumida sem reticências por quem se dedica a esta área de investigação.

Nota:

São da responsabilidade da autora deste texto as traduções que nele ocorrem.

REFERÊNCIAS

- Baldauf Jr., R. B. 2005. Micro language planning. In: P. Bruthiaux; D. Atkinson; W. G. Eggington; W. Grabe; V. Ramanathan (Eds.). *Directions in Applied Linguistics. Essays in honor of Robert B. Kaplan*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 227-239. Referido por Bruthiaux, 2005, 9.
- Bourdieu, P. 1991. *Language and symbolic power*. Oxford: Polity Press. Referido por Pennycook, 2006, 78.
- Brown, J. D. 2004. Research methods for applied linguistics: scope, characteristics, and standards. In: A. Davies; C. Elder (Eds.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 476-500.

- Brumfit, C. J. 1980. Being interdisciplinary – some problems facing applied linguistics. *Applied Linguistics*. **1(2)**: 158-164.
- Brumfit, C. 1995[a]. Theoretical practice: applied linguistics as pure and practical science. *AILA Review*. **12**: 18-30. Referido por Kumaravadivelu, 2006, 136.
- Brumfit, C. 1995b. Teacher professionalism and research. In: G. Cook; B. Seidlhofer (Eds.). *Principle & practice in applied linguistics. Studies in honour of H. G. Widdowson*. Oxford: Oxford University Press, 27- 41.
- Bruthiaux, P. 2005. Part I. Introduction. In: P. Bruthiaux; D. Atkinson; W. G. Eggington; W. Grabe; V. Ramanathan (Eds.). *Directions in Applied Linguistics. Essays in honor of Robert B. Kaplan*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 3-11.
- Bygate, M. 2004. Some current trends in applied linguistics. Towards a generic view. *AILA Review*. **17**: 6-22.
- Bygate, M. 2005. Applied linguistics: a pragmatic discipline, a generic discipline?. *Applied Linguistics*. **26(4)**: 568-581.
- Bygate, M.; Kramsch, C. 2000. Editorial. *Applied Linguistics*. **21(1)**: 1-2.
- Carneiro, I. 2006. Ensaios clínicos usam truques estatísticos para forjar resultados. *Jornal de Notícias* (Sociedade e vida: Ciência), Sábado, 2 de Setembro de 2006, p. 16.
- Cheng, W.; Warren, M. 1999. Inexplicitness: What is it and should we be teaching it?. *Applied Linguistics*. **20(3)**: 293-315.
- Christensen, L. B. 1980. *Experimental methodology*. 2nd edition. Boston: Allyn/Bacon. Referido por A. Pinto, 1990, 120.
- Cook, V. 2006. What is applied linguistics?. In: V. Cook. *Obscure writings*. <http://homepage.ntlworld.com/vivian.c/Writings//index.htm> (accessed May 2006). Referido por Davies, 2006, 534.
- Corder, S. P. 1973[a]. *Introducing applied linguistics*. London/Harmondsworth: Penguin. Referido por Kumaravadivelu, 2006, 136, por Davies, 2006, 535 e por McDonough, 2001, 120.
- Corder, S. P. 1973[b]. Linguistic theory and applied linguistics. In: S. P. Corder; E. Roulet (Comps.). *Theoretical linguistic models in applied linguistics*. Bruxelles/Paris: AIMAV-Didier, 11-19. Referido por Slama-Cazacu, 1979, 31.
- Davies, A. 1999. *An introduction to Applied Linguistics. From practice to theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Davies, A. 2004. Introduction to Part I: Linguistics applied (L-A). In: A. Davies; C. Elder (Eds.). *The handbook of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell, 19-24 [versão consultada: paperback, 2006].
- Davies, A. 2006. (Reviewed by) Reviews. P. Bruthiaux, D. Atkinson, W. G. Eggington, W. Grabe, and V. Ramanathan (eds.): Directions in applied linguistics: essays in honor of Robert B. Kaplan. Multilingual Matters, 2005. *Applied Linguistics*. **27**: 534-537.
- Davies, A.; Elder, C. 2004. General introduction. Applied linguistics: subject to discipline? In: A. Davies; C. Elder (Eds.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell, 1-15 [versão consultada: Paperback, 2006].
- Davies, A.; Elder, C. (Eds.). 2004. *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press [versão consultada: Paperback, 2006].
- De Beaugrande, R. 1997. Theory and practice in applied linguistics: disconnection, conflict, or dialectic?. *Applied Linguistics* (**18**): 279-313. Referido por Rajagopalan, 2004, 412.
- Edmondson, W. 2005. Review article. Prejudice and practice in applied linguistics. *International Journal of Applied Linguistics*. **15(3)**: 389-398.
- Foss, D. J.; Hakes, D. T. 1978. *Psycholinguistics. An introduction to the psychology of language*. Englewood Cliffs NJ: Prentice-Hall.
- Gomes de Matos, F. 2000. Linguística aplicada 2. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1286-1288.

- Gonsalves, E. P. 2003. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 3.^a edição. Campinas SP: Alínea.
- Hudson, D. 1999. *Applied Linguistics. An attempt at definition by Dick Hudson*. (1 p.). Page last updated 18/11/99. Disponível na web em <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/dick/AL.html>, acessado em 08-09-2006.
- Kaplan, R. B.; Grabe, W. 2000. Applied linguistics and the Annual Review of Applied Linguistics. In: W. Grabe (Ed.). *Applied linguistics as an emerging discipline. Annual Review of Applied Linguistics*. (20): 3-17. Referido por Davies & Elder, 2004, 5.
- Kramersch, C. 2005. Post 9/11: Foreign languages between knowledge and power. *Applied Linguistics*. 26(4): 545-567.
- Kumaravadivelu, B. 2006. A lingüística aplicada na área da globalização. In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola Editorial, 129-148.
- Labov, W. 1966. *The social stratification of English in New York City*. Washington DC: Center for Applied Linguistics. Referido por Davies & Elder, 2004, 4.
- Lantolf, J. P. 2006. (Reviewed by) Reviews. Alan Davies and Catherine Elder (eds.). The handbook of applied linguistics. Blackwell 2004. *Applied Linguistics*. 27: 147-152.
- Liddicoat, A. J.; Curnow, T. J. 2004. 1 Language descriptions. In: A. Davies; C. Elder (Eds.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell, 25-53 [versão consultada: Paperback, 2006].
- Makoni, S.; Meinhof, U. 2006. Lingüística aplicada na África. Desconstruindo a noção de "língua". In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola, 191-213.
- Martins, J.; Bicudo, M. A. V. 2005. *A pesquisa qualitativa em psicologia. Fundamentos e recursos básicos*. 5.^a edição. São Paulo SP: Centauro.
- McDonough, J. 2001. (Reviewed by) Review. Alan Davies, 1999, An introduction to applied linguistics. Edinburgh Textbooks in Applied Linguistics Series. Edinburgh University Press. 178 pages. *International Journal of Applied Linguistics*. 11(1): 118-122.
- Michonska-Stadnik, A. 2006. Applied linguistics and second language acquisition: historical perspectives and challenging issues in contemporary SLA research. Conferência plenária proferida na XVIIIth International Conference on Foreign/Second Language Acquisition. Multi-disciplinary Perspectives of SLA Studies. Szczyrk, Poland, 18-20 May 2006. Versão consultada: "hand-out".
- Moita Lopes, L. P. da 2001. *Oficina da lingüística aplicada. A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas SP: Mercado de Letras [3.^a reimpressão].
- Moita Lopes, L. P. da 2006a. Introdução. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica. Interrogando o campo como lingüista aplicado. In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola, 13-44.
- Moita Lopes, L. P. da 2006b. Lingüística aplicada e vida contemporânea. Problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola, 85-107.
- Moita Lopes, L. P. da (Org.). 2006. *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola.
- Mori, J.; Hayashi, M. 2006. The achievement of intersubjectivity through embodied completions: a study of interactions between first and second language speakers. *Applied Linguistics*. 27(2): 195-219.
- Newman, I.; Benz, C. R. 1998. *Qualitative-quantitative research methodology: exploring the interactive continuum*. Carbondale ILL: Southern Illinois University Press. Referido por Brown, 2004, 488-489.
- Paradis, M. 2006. More *belles infidèles* – or why do so many bilingual studies speak with forked tongue?. *Journal of Neurolinguistics*. 19(3): 195-208.
- Pennycook, A. 2006. Uma lingüística aplicada transgressiva. In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola, 67-84.
- Pinto, A. da C. 1990. *Metodologia da investigação psicológica*. Porto: Edições Jornal de Psicologia.

- Pinto, M. da G. L. C. (2005). Da psicolinguística: um verbete que se tornou ensaio. In: G. M. Rio-Torto; O. M. Figueiredo; F. Silva (Coord.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, II, 571-583. Também neste volume (1.º capítulo).
- Preti, D. (Org.). 1999. Normas para transcrição de exemplos. In: D. Preti (Org.). *Estudos de língua falada. Variações e confrontos*. 2.ª edição. São Paulo SP: Projetos Paralelos – NURC/SP/HUMANITAS, vol. 3. 12-15
- Raingeard, M.; Lorscheider, U. 1977. Edition d'un corpus de français parlé. *Recherches sur le Français Parlé*. **1**: 14-29.
- Rajagopalan, K. 2004. The philosophy of applied linguistics. In: A. Davies; C. Elder (Eds.). *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Blackwell, 397-420. Referido por Lantolf (2006: 151) e Pennycook (2006: 73).
- Rajagopalan, K. 2006. Repensar o papel da lingüística aplicada. In: L. P. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola, 149-168.
- Rampton, B. 2006. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em lingüística aplicada. In: L. A. da Moita Lopes (Org.). *Por uma lingüística indisciplinar*. São Paulo SP: Parábola Editorial, 109-128.
- Richards, K. 2006. 'Being the teacher': Identity and classroom conversation. *Applied Linguistics*. **27(1)**: 51- 77.
- Rodrigues, I. G. 2006. Recensão crítica de Michael Kipp. ANVIL 4.5. Annotation of video and spoken language: <http://www.df.ki.de/~kipp/anvil>. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. **1**: 159-164.
- Ross, S. J. 2006. A response to Paul Stapleton's 'critiquing research methodology'. Forum. *Applied Linguistics*. **27(3)**: 527-530.
- Sarangí, S.; Candlin, C. N. 2003. Introduction. Trading between reflexivity and relevance: new challenges for applied linguistics. *Applied Linguistics*. **24(3)**: 271-285. Referido por Bygate, 2005, 571.
- Slama-Cazacu, T. 1979. *Psicolinguística aplicada ao ensino de línguas*. São Paulo SP: Livraria Pioneira.
- Spolsky, B. 2005. Is language policy applied linguistics? In: P. Bruthiaux; D. Atkinson; W. G. Eggington; W. Grabe; V. Ramanathan (Eds.). *Directions in Applied Linguistics. Essays in honor of Robert B. Kaplan*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters, 26-41.
- Stapleton, P. 2006. Critiquing research methodology: comments on broader concerns about complex statistical studies. Forum. *Applied Linguistics*. **27(1)**: 130-134.
- Tucker, G. R. s/d. *Applied Linguistics*. 2 p. Disponível na web em <http://lsadc.org/info/ling-fields-applied.cfm>, acessado em 03-07-2006.
- Vandergrift, L. 2005. Relationships among motivation orientations, metacognitive awareness and proficiency in L2 listening. *Applied Linguistics*. **26(1)**: 70-89.
- Walter, C. 2004. Transfer of reading comprehension skills to L2 is linked to mental representations of text and to L2 working memory. *Applied Linguistics*. **25(3)**: 315-339.
- Widdowson, H. G. 1980. Models and fictions. *Applied Linguistics*. **1**: 165-170.
- Widdowson, H. G. 1996. *Linguistics*. Oxford: Oxford University Press. Referido por Kumaravadevelu, 2006, 136.
- Widdowson, H. G. 2000. On the limitations of linguistics applied. *Applied Linguistics*. **21(1)**: 3-25.
- Widdowson, H. G. 2006. Viewpoint. Applied linguistics and interdisciplinarity. *International Journal of Applied Linguistics*. **16(1)**: 93-96.
- Zimney, G. H. 1961. *Method in experimental psychology*. New York: Ronald Press. Referido por A. Pinto, 1990, 74.